

**BLOCOS REGIONAIS: DEVANEIOS DE GRUPOS DE PODER OU  
NECESSIDADES SOCIAIS?**

**Carlos Fernando Galvão**  
**Alfeu Olival Barreto Junior**  
**Beatriz Alves dos Santos**

**Resumo**

Uma Região é uma parcela apropriada do Espaço Geográfico. Percepções diferenciadas de mundo levam às apropriações diferenciadas e, por extensão, aos espaços diferencialmente construídos ao longo da História.

As idiosincrasias nacionais dos povos latino-americanos os diferencia de modo incontestável. Contudo, tal como ninguém precisa, no plano individual, concordar com outra pessoa, o tempo todo, para conviver com ela, o mesmo pode ser aplicado aos povos e aos países.

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a idéia de uma integração regional, mais do ponto de vista do conceito, em si, do que das ações práticas que temos, os povos da região, posto em prática. A “fragmentação” que verificamos na atualidade deriva mais da ausência de participação da sociedade civil nas informações/decisões do que de um “desinteresse” pela temática que abrange a questão política.

**Palavras-chave:** Regionalização – Ideologia – Poder Regional – Espaço Existencial – Integração

**REGIONAL BLOCKS: POWER GROUPS DAYDREAMS OR SOCIAL NEEDS?**

**Carlos Fernando Galvão**  
**Alfeu Olival Barreto Junior**  
**Beatriz Alves dos Santos**

**Abstract**

A region is an assumed part of the geographical space. Different perceptions of the world lead to different appropriations and, by the same token, to spaces differentially constructed throughout history.

Latin-Americans are undoubtedly differentiated by their national idiosyncrasies. However, no individual needs to constantly agree with someone to live with them and neither do people and countries.

The present article aims at reflecting upon the idea of regional integrity considering the concept itself rather than the actions put forward by the people in a region. The “fragmentation” observed in the present time is mainly due to lack of participation of the civil society in the information/decision making process rather than the lack of interest in the themes related to political issues.

**Key words:** regionalization – ideology – regional power – living space - integrity

## **BLOCS RÉGIONAUX: RÊVES DE GROUPES DE POUVOIR OU NÉCESSITÉS SOCIALES?**

**Alfeu Olival Barreto Junior**

**Beatriz Alves dos Santos**

**Carlos Fernando Galvão**

### **Résumé**

Une Région correspond à une partie spécifique de l'Espace Géographique. Des perceptions différenciées du monde amènent aux appropriations différenciées et par extension, aux espaces construits différemment au long de l'Histoire. Les idiosyncrasies nationales des peuples latino-américains les distinguent de manière incontestable. Cependant, comme personne n'a besoin individuellement d'être toujours d'accord avec l'autre pour vivre avec le même peut être appliqué aux peuples et aux pays. Cet article a pour objectif de réfléchir sur l'idée d'une intégration régionale, beaucoup plus du point de vue du concept en soi que du point de vue des actions que nous mêmes, les peuples de la région, avons mises en pratique. La "fragmentation" que nous vérifions dans actuellement provient plus de l'absence de participation de la société civile aux informations / décisions que d'un manque d'intérêt à la thématique qui comprend la question politique.

Mots-clés: régionalisation- idéologie- pouvoir régional – espace existentiel - intégration

Rio de Janeiro

2011

### **BLOCOS REGIONAIS E REGIÕES**

Segundo o Dicionário Houaiss, bloco é um *“objeto ou conjunto autônomo em um todo maior; conjunto de coisas consideradas como uma unidade, seja por sua proximidade ou contigüidade (espacial ou temporal) ou por apresentarem alguma homogeneidade ou semelhança”*. Já a palavra economia, a partir da mesma fonte, significa o *“gerenciamento de uma casa; controle ou moderação das despesas; poupança; ciência que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar; aproveitamento racional e eficiente de recursos materiais”*. O termo *“região”* vem do latim e, tendo a mesma origem de palavras como *“rei, régio, reger e regional”*, significa, para o Houaiss, uma *“grande extensão de terreno ou território dotado de características que o distinguem dos demais; território cuja extensão é determinada, seja por uma unidade administrativa ou econômica, seja pela similitude do relevo, do clima, da vegetação, seja pela origem dos povos que o habitam”*. Podemos entender região, pois, como um conceito ligado a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão de certo fato ou fenômeno, segundo critérios naturais e sociais, ora apreendidos de modo isolado, ora combinados. Regionalizar é dividir parcelas do Espaço Geográfico, segundo tais critérios; regionalizar é caracterizar espaços por antagonismos e afinidades.

A primeira noção geográfica de *“região”* foi elaborada pelo francês Paul Vidal de La Blache (fins do século XIX, início do século XX), que a entendia quase que exclusivamente como uma unidade física e previamente dada, na natureza; seria uma espécie de *“unidade básica da Geografia”*. Por isso, bastaria ao geógrafo descrever o que via e delimitar as partes estudadas do Espaço Geográfico por semelhanças, que comporiam a unidade regional e a diferenciariam de outras unidades regionais. O Homem e as sociedades, nesta visão, entravam apenas como mais um elemento da natureza. Felizmente, muita coisa mudou de lá para cá e passamos a ser mais do que elementos estáticos das regiões: nós as construímos (e, infelizmente, também as destruímos). O *“regional”* é o que pertence ou o que é próprio de determinada região, enquanto que *“regionalismo”* é um fenômeno ou fato que pode ser tido como a expressão acabada daquilo que é *“regional”*. Dada a argumentação até aqui desenvolvida, cremos que a discussão sobre a existência ou não de *“Blocos Regionais”* pode ser contextualizada de modo mais claro e preciso.

## BLOCOS REGIONAIS

“Blocos Regionais” são parcelas do Espaço Geográfico e é a existência do Homem que confere significado ao que classificamos de “espaço”. No dizer de Martins,

quando olhamos ao redor e percebemos o espaço que nos circunda, essa percepção pode acontecer em três planos: a atitude contemplativa do mundo circundante, no sentido utilizado na filosofia zen, o olhar analítico voltado para os detalhes, as diferenças e as semelhanças e, por último, o olhar lúdico e poético que transforma simbolicamente o que vê, refuncionalizando os objetivos, subvertendo atmosferas e transpondo o espaço real para o espaço da ficção (2004: p.24).

Temos imagens mentais dos lugares por onde transitamos: ao acordarmos, não precisamos pensar no caminho do quarto para o banheiro ou de casa para o trabalho: já os temos gravados e essas imagens compõem nosso mapa mental diário. Quando achamos que alguém conhece muito sobre um assunto, podemos dizer que essa pessoa tem um conhecimento profundo ou, em caso contrário, diremos que essa pessoa é superficial... Enfim, para além de vivermos *no* espaço, de algum modo, somos *o* espaço e nem nos damos conta disso. Em autores como Bachelard,

o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente e entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. É vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação (1996: p.27-28).

O Espaço Geográfico pode, conquanto existam variações e visões distintas, ser representado cartograficamente na sua dimensão geométrica, não raro, aprisionado-o. Como acrescenta Massey,

o ‘espaço’ é uma superfície plana, uma superfície contínua. O espaço como o produto acabado. Como um sistema fechado coerente. Aqui o espaço está completo e instantaneamente interconectado, espaço que se pode atravessar. O mapa funciona ao modo das sincronias dos estruturalistas. Fala de uma ordem nas coisas (2008: p. 159).

Mas esse mesmo espaço, em contrapartida, possui também uma dimensão existencial, daí porque os parâmetros visuais podem fazer, para muitos, com que o espaço seja “*invisível*”. De todo modo, visível ou não, reconstruímos simbolicamente o mundo quando o representamos sensorial e cognitivamente. E o espaço de uma representação, segundo Bettanini, pode ser aquele que

ilustra os universais simbólicos: os valores, isto é, a estrutura de referência sobre a qual se fundamenta a ordem institucional (...) O espaço de representação é, portanto, o produto do código geral da cultura administrada pela ordem institucional. Como elemento de legitimação, o espaço de representação produz novos significados (1982: p.97).

Na ótica do autor (Bettanini, 1982: p.99), “*o espaço de representação, próprio da sociedade no status nascenti, é portanto reapropriação*”. Quando apreendemos

mentalmente uma coisa, a reconstruímos num contínuo processo de apropriação/devolução/reapropriação cognitiva e sensitiva dessa coisa – ou seja, num processo de apreensão do mundo. Esta apropriação/devolução/reapropriação é criada pelas pessoas para que possam “manipular” os fatos da cotidianidade, como o diria Agnes Heller e, em outra ótica, mas tangenciando o mesmo resultado, Jean Piaget com sua epistemologia genética, e essa “manipulação” lhes garante a legitimação das instituições sociais.

No capitalismo pós ou hiper moderno, a prática espacial está associado a realidade cotidiana, que Henri Lefebvre chamou de *espaço percebido*. Por isso, ele reforçava a idéia de que a prática espacial engendra o que chamamos de “espaço”, numa relação dialética (2000). Por outro lado, o filósofo falava, também, de um *espaço concebido*, que seria o assim definido pelos cientistas, pelos planejadores, pelos urbanistas e pelos tecnocratas, que passaram, com isso, a identificar o vivido e o percebido com o concebido. Para Lefebvre o *espaço de representação é o espaço vivido* propriamente dito: vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham e, portanto, é o espaço dos habitantes e dos usuários, mas também de profissionais como os artistas, os escritores e os filósofos que os descrevem. Essa é a triplicidade dialética espacial por excelência de Lefebvre (2000). Em seu entender, é o percebido (que é a base prática de percepção do mundo exterior) o resultado do uso do corpo (sentidos e órgãos sensoriais) e o vivido corporal eleva a sensação da percepção. Lefebvre mostrou, também, como as representações do espaço seriam penetradas de saber (conhecimento e ideologia misturadas) sempre em transformação. Os espaços de representação são, assim, mais vividos do que concebidos e, dado esse fato, podem misturar ideologia e saber no interior de uma mesma prática sócio-espacial. Não à toa Lefebvre diz que se há produção e processo produtivo do espaço, há História e o espaço tem a sua História também, fruto da produção social cuja prática o engendrou. Assim, o autor insere um quarto conceito: o *espaço apropriado* (2000) – e isso vale, acrescentamos, tanto para o nível concreto, da materialidade dos objetos espaciais como, por exemplo, o mobiliário urbano, quanto para o nível simbólico, como o intangível, mas perceptível, que é a imagem de cidade que todos construímos na vivência do dia-a-dia - seja ela construída por ações intervencionistas, seja pelo discurso político.

Todo discurso – e as forças hegemônicas têm o seu discurso espacial – engendra um sentido, e este só pode ser concebido e entendido a partir do arcabouço cultural em que foi gerado e em que circula. Segundo Verón,

o sentido concerne à produção do dispositivo significante: quando se emprega uma expressão em lugar de outra, o sentido muda. A denotação concerne ao “mundo” construído pela linguagem e toda linguagem constrói o mundo, quer seja ele proposto como imaginário ou como real, como abstrato ou como concreto, como significante ou como “puramente” material. A esse mundo chamaremos a ordem das representações. (...) O problema que se coloca é o de saber como tal dispositivo é socialmente produzido (Verón, 1980: p.179).

A semiose, ou seja, o processo de produção do sentido pelos discursos, subjetivos ou institucionais, é um fator importante para o desenvolvimento social, na gestão pública e no gerenciamento dos espaços urbanos. O sentido produzido pelos discursos sociais não é absoluto ou *a priori*: é socialmente produzido ou, em outras palavras, é contextualizado – e recontextualizável, tal como um espaço urbano ou uma região. Discurso, na acepção em que aqui o utilizamos, é aquilo que se fala e o seu sentido, tal como nos mostra a origem da palavra, originada do latim *discursus*, ou seja, a “ação de correr”. A etimologia nos autoriza a dizer que um navio discursa por sobre as águas, tanto quanto o(s) *ser(es)-discursivo(s)* discursa(m), a partir de seu(s) lugar(es) da fala, transmitindo as informações desejadas, constituidoras de sua mensagem para o(s) *ser(es)-interpretante(es)*. Texto também vem do latim, “*textere*”, e quer dizer “tecer, entrelaçar, construir”. No entender de Verón,

quando assim se considera a rede semiótica, o sentido aparece, inevitavelmente, como resultado, como produto de um trabalho social. (...) O que se manifesta, então, sob a forma de investimentos de sentido nas matérias, é o trabalho social. Numa perspectiva que tal, temos de haver-nos com a ordem do ideológico e com a ordem do poder (Verón, 1980: p.191).

E o que são essas ordens? Verón responde:

A questão do ideológico toca às condições de produção dos discursos sociais, e a questão do poder concerne aos efeitos discursivos, isto é, às gramáticas de reconhecimento. (...) Todo fenômeno social é suscetível de ser “lido” em relação ao ideológico e em relação ao poder. (...) Descrever o trabalho social de investimento de sentido em matérias significantes consiste em analisar operações discursivas (Verón, 1980: p. 192-193).

A Semiose pode ser, assim, o processo mediante o qual produzimos um sentido social de ações humanas, se analisadas a partir de suas estruturas significativas de ideologia e poder, deixando marcas nos espaços de vivência, que são fenômenos sociais e não algo previamente dado, como se existissem independente da História. Não existe discurso neutro, mesmo o discurso científico é ideológico, pois produz um sentido social que é um fundamento e um produto da sociedade que o produziu. Discursos e ações políticas são peças valorativas e, por isso, um espaço urbano jamais poderá ser neutro politicamente, posto ser o resultado de percepções e de ações humanas. Não por outro motivo, Verón afirma que (1980, p.219-220) “*todo discurso se enuncia no imaginário.*

*Só que este imaginário é socialmente construído e é específico para cada tipo de discurso”, seja institucional ou não.*

A concepção de um espaço urbano, construído ou reformulado, assim enunciado ou, em escalas mais complexas, a de um Bloco Regional, deve levar em consideração os aspectos visíveis, mensuráveis e cartografáveis do(s) território(s). Intervir no *Espaço Geométrico* é importante, mas também o é no *Existencial*, embora essa não seja uma tarefa fácil: não há “territórios existenciais” visíveis nos quais possamos intervir. Talvez seja mesmo impossível. Mas contemplá-los analiticamente e, portanto, propiciando algum tipo de “intervenção” prática, na vida das pessoas, é viável.

### **TRABALHO E ALIENAÇÃO**

Para Hegel, o Estado seria algo como uma entidade na qual estaria “encarnado” o que ele chamou de “racional universal” da sociedade. Contudo, no entender de Marx (1982 e 2002), essa era uma idéia falsa, uma vez que o importante seria superar o sistema capitalista e isso não seria possível por intermédio do Estado, uma instituição burguesa, por natureza. Superar o capitalismo, para Marx, era superar, também, o Estado e seu aparato ideológico superestrutural. O filósofo socialista alemão entendia o conceito de classe como exploração que a classe proprietária fazia pesar sobre os excluídos da propriedade privada dos meios materiais de produção de mercadorias tangíveis. A *mais-valia* era, justamente, essa exploração extraída da produção material do trabalho social que produzia os objetos e que gerava o que Marx chamou de “fetiche da mercadoria”; era uma “*mais-valia material*” ou, por assim dizer, uma “*mais-valia real*”. Mas isso, por si só, não explica o momento atual de exploração das pessoas. A exploração, já de algum tempo, não é mais (apenas) realizada pela alienação dos incluídos, mas em grande medida a partir do aumento dos excluídos do sistema de produção capitalista, que Marx chamava de “exército industrial de reserva”, enorme, crescente e não mais apenas industrial. A centralidade na atual fase capitalista, não está mais no tradicional operário, sujeito maior da classe proletária despossuída dos meios de produção, mas nos fluxos de capital, controlado por grandes corporações, essas grandes redes sociais capitalistas.

Trabalho é, freqüentemente, confundido com emprego e não são, ao menos filosófica e sociologicamente, a mesma coisa. Animais, como abelhas numa colméia, “trabalham” mecânica e instintivamente. Não há subjetividade nem sociabilidade consciente, como nas sociedades humanas. O filósofo brasileiro Leandro Konder define

“trabalho” como sendo uma “*atividade teleológica*”, ou seja, uma atividade que se realiza para uma finalidade: a de produção de uma mercadoria, seja ela tangível, seja ela intangível – essa, mais característica de nossa época do que da de Marx e Gramsci. Para superar o estado de letargia e alienação laboral, Marx propôs o conceito de “práxis” que, se em Aristóteles era mais uma ação prática e concreta, em oposição à reflexão teórica, em Marx assumiu o caráter de auto-superação, quando o ser humano poderia se redefinir, se recriar, pela ampliação dos horizontes de uma crítica social que não fosse meramente teórica, mas que passa por uma crítica livre e autônoma, além de desalienante e que levasse a ações concretas de superação do *status* capitalista.

É legítimo dizer que o montante de capital que antes era investido na reprodução da mão-de-obra do trabalhador, agora ou, mais especificamente, desde o último quartel do século XX, tem sido investido para fazer girar a grande roda financeira do capital, de onde se tem extraído lucros cada vez maiores, apropriados por parcelas cada vez menores da população mundial. É o que chamamos de “*Neocapitalismo Fluxional*”, onde a nova classe dirigente e detentora de capital ainda é senhora dos meios de produção material de mercadorias, sim. Entretanto, detém mais do que isso: manipula sobretudo o controle dos fluxos sociais (redes de informação, mercado de ações, fundos públicos, circulação de serviços do Terciário Superior etc.). Não raro, essa nova classe se preocupa apenas com o controle desses fluxos, como é o caso dos rentistas e especuladores. Aqueles que não estão preparados para processar, rápida e adequadamente as informações sociais circulantes, que impregna até mesmo os territórios (*mais-valia espacial*), vão ficar de fora das benesses do progresso humano. A *mais-valia* passa a ser *fluxional* ou *imaterial*, embora não exclua a *mais-valia material real ou tradicional*: a *mais-valia* vem da informação e do conhecimento. Em termos espaciais, o conhecimento, aplicado ao processo produtivo, levou à constituição de espaços privilegiados para a reprodução do capital, quer em níveis culturais, como cidades que funcionam como pólos de poder administrativos e de saber, quer em níveis comerciais, com a maior livre circulação possível para o capital e suas mercadorias (mas não para as pessoas), tais como os blocos regionais.

## OS BLOCOS REGIONAIS AMERICANOS

### **Esquerda ou Direita volver?**

É curioso como algumas palavras, expressões e idéias assumem uma função quase mística e mítica. Milagrosas, servem para explicar a unha encravada de uma velhinha aposentada, a entropia dos buracos negros ou mesmo a relação entre o preço do pãozinho e a desvalorização da moeda de Papua Nova Guiné! Globalização é uma dessas palavras, evocadas para tudo, mas que no fundo nada explicam, ainda que alguns babem na gravata ao pronunciá-la.

No meio político, desde os liberais anos 90, virou moda afirmar que a História e a ideologia morreram; que não mais existiria diferença entre os “pré-históricos esquerdistas” e os “pós-modernos direitistas”; que ser fiscalista e focalista é muito mais avançado do que ser desenvolvimentista e universalista; que os contratos com o capital e com a propriedade devem ser respeitados, mesmo, em vários momentos, acima do direito à vida, enfim, que os “radicais de esquerda” teriam vários problemas para enxergar as maravilhas do capital e as benesses de um mercado livre (onde isso existe?). Ora, como pensar em gastos sociais e não no livro-caixa do Tesouro se, dizem alguns “iluminados”, é a contenção dos gastos públicos que fará o bolo ser dividido (*déjà vu*)? Eis a modernidade do mercado pós-muro de Berlim – taí o mantra!

Contudo, há vida inteligente e competente que não crê cegamente nos salmos entoados pelos adoradores do “Deus Mercado”, embora não reneguem a sua importância social. Há solução sim, fora do credo liberal, neoliberal, paleoliberal, capitalista, social-democrata, comunista-estalinista ou seja lá o rótulo “moderno” que se queira usar. A esquerda não deve se envergonhar de ser o que é, de pensar como pensa e de agir como age; a esquerda não tem ao seu lado a verdade absoluta dos cânones de uma certa direita que, como Narciso, rejeita tudo que não seja o seu espelho, embora alguns pseudo-esquerdistas ainda pensem, erroneamente, que sim. Justamente por isso tem, a esquerda não fundamentalista, um grande trunfo: não acreditar que as coisas são assim mesmo e que tudo está aí, no mundo, dado para que nos conformemos e que pode reinventar, com carinho e solidariedade, a vida e a si mesma. A esquerda tem que ter disposição para fazer, respeito pelo pensamento do outro para debater, honestidade para administrar e competência para realizar. Sem sectarismos, vendo erros de origem, devemos reconhecer, é bom frisar, que uma parte da direita também tem as suas

qualidades e devemos aproveitá-las e tentar nos entender para que todos saiam ganhando. Entendimento solidário e não confronto aniquilador.

A conformidade, áspera e burra, do pensamento único social dominante, insiste em desqualificar as idéias progressistas como visionárias, autoritárias e desconectadas da realidade. A má direita insiste em chamar de utópicos todo aquele que prega mais equilíbrio social (que é diferente da enganadora “igualdade”), crendo que ofende ao traduzir a palavra “utopia” como “não-lugar”. Mas “utopia” também pode significar “melhor lugar” e efetivamente é esse o significado para a esquerda ativista e idealista, sim senhor, mas fazedora também! A destreza da esquerda não é tornar-se destra e/ou adestrar-se; é, ao contrário, não desistir, insistir e persistir, com dedicação, com competência e, especialmente, com muito afeto na busca incansável pelo nosso “melhor lugar”, que pode estar logo ali, mesmo que não o estejamos vendo, ainda. Num projeto social de esquerda não cabem apenas idéias progressistas, posto que a visão de mundo da direita, a realmente democrática, é um bom contraponto e, com respeito pela concepção alheia de mundo, podemos construir um outro mundo, efetivamente melhor do que este, que temos. Em termos regionais, em se tratando de América Latina, não devemos pensar e agir em termos hegemônicos, mas sim de modo interagente e integrado. Não é exatamente o que acontece, mas, cremos, é o que deve ser perseguido.

#### **OS REGIONALISMOS DA AMÉRICA LATINA**

Sob a égide da História e da Geografia, verificamos por toda América Latina a convergência de diversos conflitos “de poder” e de disputas territoriais, onde os movimentos de esquerda inspiram-se em suas matrizes ideológicas com o intuito de, com a “massa”, erigir uma nova forma de poder, seja em nível local, regional ou mundial. Ocorre que alguns países estão sofrendo internamente um “choque do pós ou do hiper moderno”, onde as identidades cada vez mais fluidas empreendem na seara da sociedade civil a necessidade de (re)pactuar as relações humanas para que a necessária coesão social em torno das questões nacionais. Beatriz Sarlo nos adverte que, nos países da América Latina, se “*vive o clima do que se chama ‘pós-modernidade’ no marco paradoxal de uma nação fraturada e empobrecida*” (Sarlo, 1997: p.7). E acrescenta que “*quase todo o Ocidente, vive numa crescente homogeneização cultural, onde a pluralidade de ofertas não compensa a pobreza de ideais coletivos, e cujo traço básico é, ao mesmo tempo, o individualismo*” (Sarlo, 1997: p.9). Neste contexto, muitas sociedades necessitam empreender “inflexões” sob seus modelos, no sentido de

entender quais relações de força/poder vigem e as regem. Neste ponto evocamos a questão das “identidades nacionais” que permeiam as políticas dos povos e a forma como elas são “forjadas” conduzem à gênese dos movimentos sociais, os quais fornecem sustentação à estrutura política de poder hegemônico, o que nas palavras de Foucault seria uma “*rede de relações variáveis e multifórmicas*” (Foucault *Apud* Saquet, 2007: p.32).

Pensar em blocos regionais requer uma análise da estrutura de sustentação da gênese das sociedades, tendo em vista que estas demandas tendem a influenciar as decisões políticas regionais/globais. É pensar, também, na busca permanente dos povos por alianças externas que os protejam, os desenvolvam e os fortaleçam internamente.

Com propriedade, o Geógrafo Rui Moreira assinala a questão da convergência entre a sociedade civil e a sociedade política sob a égide da coerção e do consenso no âmbito do poder e do domínio (Moreira, 2007: p.90). A questão reside em como estabelecer critérios que viabilizem a satisfação das demandas tanto dos segmentos sociais quanto governamentais e entender como as relações de “poder” e “domínio” se materializam no espaço construído ao, ao menos, no percebido e vivido, nos conformes teóricos de Henri Lefebvre (2000 e 2001). Diante do exposto faz-se *mister* considerarmos, que o “poder” transcende as lógicas dos Estados na seara interna: há uma capilaridade representada pela fragmentação identitária que impede uma lógica de atuação (clássica) “massificada”. Isso explica a dificuldade de vários governos nestas primeiras décadas do século XXI: após a passagem das sociedades pelo pós-moderno, estas encontram-se no último estágio, o da consolidação das novas identidades (individuais) que forçam o Estado a (re)pensar a questão da identidade nacional na vertente da difusão do poder político pelos territórios, dotando-lhes de mais autonomia, em função dos claros conflitos que surgem.

A identidade política do Estado, erigida na Modernidade tende a dicotomizar as relações políticas tradicionais “esquerda/direita”, reforçando um milenar antagonismo político que na prática reforça as ações dos grupos difusos de resistência que podem ameaçar a governabilidade (Colômbia, Venezuela e Bolívia constituem um exemplo disso) ou, ao menos, o que o senso comum e/ou os meios de comunicação chamam de governabilidade.

Sucessivas tentativas de transcender esse antagonismo são utilizadas pelos Estados. Um exemplo disso é a tentativa de “unificação” do pensamento nacional sob a influência da chamada “Globalização Negativa” (Bauman, 2008: p.128), onde são

evidenciadas as políticas contra o “bem e o mal”, materializadas no final do século XX na chamada “globalização do terror” empreendida por diversos movimentos armados pelo mundo. Tenta-se “minimizar” as diferenças internas utilizando-se da “satanização” das culturas para justificar ações várias.

Isto posto lançando o olhar na direção da atuação dos Estados Latino-Americanos, sobretudo na implementação de políticas-base que estariam vinculadas a uma perspectiva de integração, notamos a dificuldade que diversos governantes têm na consolidação das ações previstas nos acordos e tratados internacionais que objetivam a integração das relações territorializadas na sua multiplicidade de aspectos constitutivos.

Para vencer esta barreira, existem algumas propostas no sentido da consolidação de mecanismos de mediação de conflitos, que nos últimos anos vêm ganhando força nos países latino-americanos, visando a promoção de acordos na seara local, entre identidades antagônicas. Uma tentativa de promoção de um “horizonte uno” (apesar das marcantes alteridades entre os grupos que devem ser respeitadas) para a consecução das políticas públicas necessárias à atual etapa do processo de integração global.

Não obstante, pensarmos na existência ou não de blocos regionais no continente americano, notadamente em sua porção latina, é um exercício, ainda, bem mais de retórica do que de construção prática, em que pesem ações multilaterais, como o Pacto Andino, a Unasul e a Alba. O que existe de concreto, do ponto de vista dos acordos comerciais, é o Nafta (Estados Unidos – Canadá – México) e o Mercosul (Brasil – Uruguai – Paraguai – Argentina), mas nada parecido a ampla construção Histórica e Geográfica que tem sido realizada, desde o pós-Guerra, na e pela Europa.

As idiosincrasias nacionais dos povos latino-americanos, sob quaisquer aspectos a partir dos quais forem analisados, os diferencia de modo incontestável. E ainda bem que isso acontece, posto que a homogeneidade e a conformidade, quando aplicados ao pensamento social e à vida em coletividade, é altamente prejudicial. Ninguém precisa, no plano individual, concordar com todo mundo, o tempo todo, para que a convivência aconteça. O mesmo pode ser aplicado aos povos e aos países.

Isto posto, observamos um bloco regional político “Chávez-Alba”, onde podemos incluir outros importantes autores, como Rafael Correa, Evo Morales e Ortega; um outro bloco de mesma natureza, onde sobressaem personagens como Lula/Dilma, Bachelet (ex-Presidenta do Chile) e a dupla Vázquez-Mujica, do Uruguai. O casal presidencial Kirchner, ou melhor, após o falecimento do ex-Presidente, a Presidenta Kirchner, é de difícil enquadramento: tanto podendo ser analisada como

fazendo parte do suposto bloco liderado por Hugo Chávez, quanto no suposto bloco de Lula/Dilma. Isso pela vertente dita de esquerda. Na outra ponta, aos poucos que se assumem como “de direita”, estão Presidentes como Álvaro Uribe e Alan Garcia.

Escrevemos “suposto” bloco porque, em verdade, a “massa compacta” (ou quase), que caracteriza um bloco de qualquer natureza, simplesmente não existe. Ainda não conseguimos, na prática diária de nossos povos, formar nada parecido com o que os teóricos caracterizam como “América Latina”, a despeito das similaridades nas origens históricas e coloniais que temos. Essa é uma classificação histórico-geográfica cultural de cunho ideológico, vinda do colonialismo europeu e, embora não tenhamos nenhuma outra para substituí-la, não é muito precisa.

Neste diapasão, pensar/materializar um “*Espaço Existencial*” (Galvão, 2006) Latino Americano, região que, do ponto de vista geográfico, pode ser apreendida como nossa casa em comum, mostra-se viável tendo em vista a possibilidade de identificarmos fortalezas, oportunidades, fraquezas e ações intimamente atreladas às relações sócio-espaciais que produzem/transformam os territórios. Pensar em blocos regionais, em macro-escalas, e na série de regionalismos que pululam instintivamente, em meso e mesmo micro-escala, requer um conjunto de ações provenientes da satisfação (mediana) das demandas de base (tem que haver a promoção do diálogo horizontal com as bases da sociedade). O eixo da abordagem consiste em como sanar as “necessidades sociais”, em “parte”, tendo em vista que há uma ontológica impossibilidade material de sanar as demandas no “todo”, e seguir na direção de uma “integração regional” com os demais Estados e, assim nos fortalecer internamente, enquanto Estados Nacionais soberanos e planetariamente, nesta que é, para além do esvaziamento político de sentidos maiores, uma Mundialização ou Globalização a qual, como gangorra, tem seus direcionamentos realizados pelo ir e vir das ideologias mais ou menos integracionistas.

Urge (re)pensar o futuro a partir da necessidade gerada pelo esgotamento do modelos político-governamentais impostos. Afinal, o Estado não existe por si mesmo, isoladamente, ele se mantém com base num sistema de relações múltiplas e polifônicas em seu nível superestrutural, ou seja, em seu complexo jurídico-político. Neste sentido as reflexões de Ortega y Gasset são valia:

Eu não sou apenas aquele que agora vive da maneira A, mas esse meu ser actual funda-se no facto de que eu sou antes aquele que vive no futuro da maneira A. Porque sou isso no futuro, sou isso no presente. O meu presente não existe senão graças ao meu futuro, sob a pressão do meu futuro. Pois bem, isto significa que neste agora do tempo que um relógio mede eu sou de cada vez o meu futuro e o meu presente (Ortega y Gasset, 2002: p.135).

Há possibilidades de materialização das ações de integração regional, se concebermos as demandas provenientes do conhecimento que hoje temos das relações heterogêneas nos territórios como um “processo” (em construção) e não como um “estado” (permanente e pré-determinado hegemonicamente) e se considerarmos todo resultado como provisório e não acabado ou definitivo (Japiassu, 1977: p.27). Não utilizaríamos “modelos” no sentido *lato*, pelo que este representaria à clássica dicotomia (já mencionada) esquerda/direita. Utilizaríamos novos constructos resultantes de um intenso e constante processo dialógico entre as demandas regionais, a partir da sistematização das demandas locais, ou seja, pensar de forma efetiva na direção de um “*Espaço Existencial Regional*”.

Os rumos da integração regional, *lato senso*, convergem para a necessidade de participação da sociedade civil nos moldes da plenitude do ideal democrático enquanto sistema político. A “fragmentação” que verificamos na atualidade deriva mais da ausência de participação da sociedade civil nas informações/decisões do que de um “desinteresse” pela temática que abrange a questão política: é a velha “falta de espaço” de participação.

Os antigos reis da cultura *Acã* (os quais viveram entre 1680 e 1730 no continente africano, na área que hoje compreendemos como as repúblicas de Gana, Togo, Costa do Marfim e Guiné-Conacri), talhavam em seu trono a *Sankofa*, um pássaro com a cabeça voltada para trás que era portadora da seguinte mensagem: “*Nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás*”. No Brasil, em música de “Gabriel, o pensador”, ele diz que nenhuma rua é sem saída se você souber pra trás. Ela simbolizava a sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro e, acrescentamos, sem o dogmatismo linear de achar que uma suposta linha do tempo histórico tende sempre a apontar para a mesma direção: ela, se existe, aponta para o rumo que, em conjunto, construímos. Hoje, cabe analisar tais ensinamentos sob a lógica do aprimoramento do processo mundial empreendido através dos tempos na nossa Região Latino-Americana, sem perder de vista que as sociedades locais devem ser o foco das políticas de Estado e, principalmente, da própria sociedade! Pessoas deveriam a prioridade e não Estados ou o capital. Nossa *Sankofa* não significa necessariamente uma “volta” deste ou daquela lógica política; devemos construir nosso “melhor-lugar” a partir das nossas histórias das nossas relações territoriais. Para trás deixamos muitas coisas boas e más; eliminemos estas e valorizemos aquelas, com respeito ao outro, com carinho, dedicação e competência, sem tergiversar com valores éticos e humanistas. Só

assim deixaremos o discurso de um futuro radiante, mas que nunca chega, para termos um presente agradável, solidário e que a todos beneficie. Aí o futuro chega sem pressa, mas com consistência. Eis o desafio desta nossa Região (dita) Latino-Americana. Endurecer, mas sem perder a ternura! Não é, doutor Ernesto?

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**, Rio de Janeiro: Zahar, 2007

BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

GASSET Y ORTEGA, José. **O que é o Conhecimento**. Madrid. Fim de Século-Edições, Sociedade e Unipessoal LDA. 2002

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GUATTARI, Félix. **As 3 ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1993.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Volumes I e II. Coleção Pensamento Humano. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro. F. Alves, 2ª ed., 1977

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Gulbenkian, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace**. Paris: Economica, 2000

\_\_\_\_\_. **Espace et Politique – Le Droit a la ville II**. Paris: Economica, 2001

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro – o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOREIRA, Rui. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa**. in SANTOS, Milton; Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial. OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Rui (orgs). Rio de Janeiro: Lamparina. 2007

SANTOS, Milton. **Técnica - espaço - tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular. 2007

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

GALVÃO, Carlos Fernando. **Rio Cidade: contribuição ao debate sobre um espaço urbano concebido**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, defendida em dezembro de 2006, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

## AUTORES

### **Carlos Fernando Galvão**

*Geógrafo e Doutor em Ciências Sociais  
Professor das Redes Municipal e Estadual do Rio de Janeiro  
Coordenador de Geografia – SME/CED/CT  
Diretor de Escola Pública Estadual de Ensino Médio  
Presidente da ONG Cidade Viva  
Endereço eletrônico: cfgalvao@terra.com.br*

### **Alfeu Olival Barreto Junior**

*Geógrafo, Mestrando em Letras e Ciências Humanas  
Professor de Geografia da Rede Municipal do Rio de Janeiro  
Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro  
Endereço eletrônico: alfeubarreto@gmail.com*

### **Beatriz Alves dos Santos**

*Geógrafa e Especialista em História da África  
Professora das Redes Municipal e Estadual do Rio de Janeiro  
Coordenadora de Geografia – SME/CED/CT  
Endereço eletrônico: beatrizsantosgeografia@gmail.com*